

LUÍZ TAJES



Como se estivessem prontos para uma operação de guerra, os índios cercaram o Palácio do Planalto

Governo quer estado de defesa na área Yanomami

O Governo pode decretar estado de defesa nas áreas Yanomami, em Roraima, que foram invadidas por mais de 40 mil garimpeiros. A medida, segundo o ministro da Justiça, Saulo Ramos, servirá de base para solucionar os problemas enfrentados pelos índios daquela região. Antes de a decisão ser tomada, e enviada ao Congresso Nacional, Saulo pretende ouvir vários segmentos da sociedade.

Para formalizar isto, ele marcou uma reunião, no próximo dia 27, com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Ordem dos Advogados (OAB), líderes sindicais, políticos e entidades ligadas aos direitos humanos. "Vamos discutir os sérios problemas de violência de um modo geral e, particularmente, a questão dos índios Yanomami", ressaltou o ministro.

Segundo Saulo Ramos, a única forma eficaz de acabar definitivamente com a violência é a decretação do estado de defesa. Neste sentido, ele já recomendou ao Conselho dos Direitos da Pessoa Humana estudar projeto sobre o assunto. No encontro, o ministro mostrará aos representantes das entidades o quan-

to o estabelecimento do estado de defesa, em algumas regiões do País, é fundamental.

PROTESTO

O aparato militar utilizado pelo ministro-Chefe do Gabinete Militar da Presidência, Rubem Bayma Denys, para impedir a entrada dos líderes de nações indígenas que queriam falar com o presidente Sarney ontem, mais parecia uma operação

MORENO



Índio a caráter no protesto

de guerra. O Palácio do Planalto foi cercado por dezenas de policiais da Polícia Militar e do BGP — Batalhão de Guarda do Planalto, armados de baionetas, fuzis, bombas de gás lacrimogênio (que não chegaram a ser usadas) e cachorros. Todas as entradas do edifício foram bloqueadas.

A "operação" teve início quando dezenas de índios, pintados e vestidos de acordo com a tradição de suas tribos, iniciaram protesto em frente ao Palácio do Planalto, portando cartazes de protesto dançaram e cantaram durante cerca de quarenta minutos na praça dos Três Poderes. "Deixem os Yanomami viver", "Pela retirada dos garimpeiros das terras Yanomami", "Sarney cumpra a Constituição e revogue os decretos genocidas", foram alguns dos dizeres dos cartazes usados na manifestação.

Quatro viaturas da Patama — Policiamento Tático Móvel — da Polícia Militar, que se encontravam acostadas na lateral da praça impediram que os índios cruzassem a rua e chegassem à calçada do Palácio do Planalto.

Questão mineral amplia desentendimento

EXPEDITO PERÓNICO
Correspondente

Boa Vista — A questão mineral em Roraima está próximo de fazer mais uma ferida no relacionamento entre governo federal e garimpeiros. Ameaçados de serem expulsos das áreas de garimpo habitadas pelos índios Yanomami, os mineradores agora acusam a Paranapanema de estar tramando em gabinetes de Brasília o fim da exploração de ouro na reserva do Surucucús para no futuro se apossar das minas de cassiterita.

Na província estanífera do Parima-Surucucús, só no lado brasileiro, estão armazenados 200 mil toneladas de estanho aluvionar, sem considerar o primário, ou 300 mil toneladas de cassiterita num teor de 75 por cento. É o mesmo potencial de Pitinga no Amazonas e Bom Futuro em Rondônia as duas grandes províncias controladas pela Paranapanema, o gigante mundial do setor que sozinha exporta por ano, em sistema de cotas, 20 mil toneladas de estanho para vários países.

E justamente esse acordo de cotas aprovado sob pressão da Paranapanema no governo do presidente Ernesto Geisel que vem provocando a fúria de outros pequenos e médios mineradores que juntos não alcançam a metade da quantidade exportada pela empresa.

OPOSIÇÃO

"Nós somos contra a validade desse acordo porque o Brasil tem que adotar o sistema de livre mercado. O acordo de cotas não deve existir porque além de ser contra a ideologia de um país capitalista, prejudica o desenvolvimento do setor mineral", protesta o líder minerador José Altino Machado, fundador da União dos Sindicatos e Associações de Garimpeiros da Amazônia Legal (Usagal).

Altino disse ontem que o acordo de cotas está por um fio e se depender do Sindicato dos Produtores de Estanho ele deve deixar de existir e denunciou que temendo perder o monopólio da exportação, a Para-

napanema esta tentando pressionar novamente o governo a manter o acordo por um período não determinado.

A reunião no Itamarati aconteceu terça-feira sob um clima tenso porque dois órgãos de peso nessa questão deixaram de votar o acordo: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e a Carteira do Comércio Exterior (Cacex). Votaram a favor da permanência do acordo de cotas de exportações a Secretaria de Assessoramento de Defesa Nacional (Sadem) e a Fundação Nacional do Índio (Funai). O Ibama não quer se envolver na questão e a Cacex disse que nada tem a ver com a exploração do minério e sua exportação.

"Se o Brasil permitir que a Paranapanema continue com o domínio de cotas, equivale dizer que o governo federal fecha a porta para os ladrões de fora mas abre para os de casa roubarem melhor", desabafa José Altino Machado. "A mineradora está forçando os órgãos de governo a votar a questão em seu favor.